

EIXO: ASPECTOS INSTITUCIONAIS DA GESTÃO AMBIENTAL E DE SANEAMENTO

GESTÃO AMBIENTAL

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS	
3.1.	Dificuldade de integração entre as Secretarias municipais que tratam a questão ambiental.	Instituição de um grupo gestor que articule sobre poder público, universidades, organizações não governamentais e iniciativa privada do ponto de vista das ações metropolitanas relacionadas à política ambiental.	Promover ações que proporcionem a integração dentro das Secretarias municipais para planejamento da gestão ambiental integrada, partindo da elaboração/reelaboração das legislações ambientais municipais até a qualificação técnicas dos profissionais.		
3.2.	Poucas ações articuladas de gestão ambiental dos municípios da Região com os diferentes níveis de governo (Estado e União).		Criação de uma agenda própria para a RMC, com o intuito de aumentar a participação ativa de cada município.		
3.3.	Poucas ações articuladas de gestão ambiental dos municípios da Região com os diferentes poderes (Legislativo e Judiciário).		- Criar um melhor planejamento voltado para as ações de gestão de meio ambiente; - Formular novas políticas educacionais no âmbito dos diferentes níveis governamentais (Município, Estado e União).		Assegurar, na Lei Orçamentária Anual e na Execução Orçamentária dos Municípios do Cariri, recursos destinados a viabilizar a participação da sociedade civil nos espaços de gestão pública e controle social, garantindo autonomia, transparência e efetividade nas dinâmicas de funcionamento destes espaços.
3.4.	Quadro reduzido de recursos humanos voltado à gestão ambiental nos municípios.		- Aumentar os recursos humanos direcionados à gestão ambiental nos municípios; - Concurso público destinado às áreas afins; - Melhoria na capacitação técnica nos recursos humanos voltados para o meio ambiente.		Assegurar, de forma gratuita e continuada serviços de ATER, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).
3.5.	Carência de qualificação técnica da gestão ambiental nos municípios.				
3.6.	Conselhos Municipais de Meio Ambiente pouco atuantes.		- Criação do Conselho Regional Metropolitano de Meio-Ambiente que determinará as políticas, normas e PROPOSTAS ambientais dos municípios; - Revitalizar os Conselhos Municipais do Meio Ambiente.		Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas Setoriais com atuação nos Municípios do Cariri.

3.7.	Ausência ou carência de legislação ambiental de forma organizada nos municípios da Região.	Revisar, propor e adequar as legislações ambientais para um design compartilhado de todas as políticas públicas ambientais de interesse comum a serem implementadas.	Reelaboração das legislações ambientais municipais até a qualificação técnicas dos profissionais.	Garantir a realização de consulta prévia às populações impactadas quando ocorrer planejamento de projetos estruturantes e/ou de impacto ambiental e/ou sociocultural.
3.8.	Ausência de fundos municipais de meio ambiente.	Articular, a partir do grupo gestor, recursos específicos por meio do SIAR aos recursos financeiros da área ambiental dos municípios da RMC.	Criação de fundo municipal de meio ambiente.	Assegurar na Lei Orçamentária Anual e na Execução Orçamentária dos Municípios do Cariri, recursos destinados a viabilizar a participação da sociedade civil nos espaços de gestão pública e controle social, garantindo autonomia, transparência e efetividade nas dinâmicas de funcionamento desses espaços.
3.9.	Carência de estrutura física e pessoal na maioria dos municípios da Região para a realização de licenciamento ambiental.	Tornar o grupo gestor das questões ambientais metropolitanas um agente de fomento ao licenciamento ambiental municipal.		
3.10.	Ausência ou poucas ações voltadas à educação ambiental articuladas entre os diferentes níveis de governo (Municípios, Estado e União).	Estabelecer um conteúdo programático específico para a educação ambiental aliado à promoção do ecoturismo na RMC.	- Formular novas políticas educacionais no âmbito dos diferentes níveis governamentais (Município, Estado e União); - Realização de congressos e seminários entre as três esferas.	Promover intercâmbios e troca de experiência com a participação dos diversos segmentos e representação da sociedade civil, visando o conhecimento e socialização de boas práticas de participação, gestão e controle social das políticas públicas.
3.11.	Carência de planejamento integrado de ações voltadas ao meio ambiente.			Apoiar a inclusão produtiva e a estruturação de sistemas sustentáveis, justos e equitativos de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica; Implementar um Centro de Formação e Pesquisa sobre Convivência com o Semiárido com base nos princípios da agroecologia.
3.12.	Baixa adesão em relação à participação dos municípios da Região no Programa Município Selo Verde do Governo do Estado.	Quantificar e qualificar os profissionais que serão necessários para o bom desenvolvimento da execução da gestão ambiental.	Qualificação da equipe técnica, a fim de melhorar a fiscalização, propondo melhorias e aplicação de legislação vigente.	

GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
4.1.	Grande parte das ações previstas nos planos municipais de saneamento básico não foi cumprida no prazo determinado.	Desenvolver estudo, revisão e integração dos planos básicos de saneamento entre os entes que possuem conurbação e vizinhança.	Criação de uma célula de discussão e fiscalização dos recursos hídricos da RMC dentro do Comitê de Bacia do Salgado para intensificar ações voltadas para sua preservação.	Implantar e fortalecer os sistemas de saneamento básico e gestão dos resíduos sólidos, priorizando comunidades em situação de exclusão e vulnerabilidade social.
4.2.	Não houve revisão dos planos municipais de saneamento básico.		<ul style="list-style-type: none"> - Abrir discussão para a população através de audiências públicas e fóruns regionais a elaboração e acompanhamento dos PMSB dos municípios; - Estruturar um encontro para a elaboração dos planos municipais de saneamento básico, pois existem municípios que não o possuem. 	

EIXO: VULNERABILIDADE DA INFRAESTRUTURA DE ÁGUA E ESGOTO

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
5.1.	Ausência ou insuficiência de campanhas de reuso e diminuição do consumo de água na Região.	Promover a gestão eficiente do sistema de água e esgoto da RMC, contemplando a oferta, distribuição, tratamento, reuso de esgoto e ampliando a fiscalização da rede	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar campanha de reuso e uso consciente de água, conscientização da população sobre a qualidade da água para consumo humano e importância da interligação; - Investimento em obras de saneamento para substituição de rede, elevatórios e reservatórios; - Propor e desenvolver projetos de captação da água para consumo e ações de desenvolvimento da qualidade da água; - Criação de uma célula de discussão e fiscalização dos recursos hídricos da RMC dentro do Comitê de Bacia do Salgado para intensificar ações voltadas para sua preservação. 	Assegurar o monitoramento do progresso das ações no setor hídrico no território, através de metodologias interdisciplinares que envolvam tanto avaliações quantitativas quanto qualitativas.
5.2.	Grande número de ligações irregulares ou ociosas.		<ul style="list-style-type: none"> - Criar políticas de fiscalização do uso da água através da escavação de poços para obter o uso mais racional da água; - Aumentar a fiscalização e punição das perfurações irregulares dos poços tubulares. 	Implantar um conjunto de políticas regionais apropriadas tendo em vista a preservação e controle da exploração dos aquíferos de águas subterrâneas, incluindo também a preservação das fontes naturais do Cariri.
5.3.	Há uma grande perda ou desperdício de água potável ao longo da distribuição via rede geral.			

5.4.	Há uma grande concentração dos poços artesanais da RMC em um município em detrimento aos outros municípios			
5.5.	Carência de ações de monitoramento de poços artesanais.			
5.6.	Ainda é baixa a adesão à captação de água para consumo humano via cisternas nas áreas rurais.	Identificar soluções alternativas e de baixo custo para domicílios isolados e pequenos povoados.	<ul style="list-style-type: none"> - Conscientização da população sobre a qualidade da água para consumo humano e importância da interligação; - Criar alternativas de abastecimento de água nas localidades rurais onde o fornecimento é realizado por carros-pipa. 	Assegurar prioridade às comunidades e povos tradicionais do território na execução de projetos de abastecimento d'água para consumo humano e produção da agricultura familiar.
5.7.	Ainda é grande a necessidade da utilização de carros-pipa para tornar possível o acesso à água potável nos municípios da Região.	Desenvolver estudo de viabilidade de integração do sistema de oferta, distribuição, tratamento e reuso da água e esgoto.	Ampliação da rede geral.	

ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
6.1.	A coleta de esgoto via rede geral nas áreas urbanas é insuficiente.			
6.2.	Grande número de ligações de esgoto via rede geral ociosas.		Maiores investimentos para a coleta e tratamento de esgoto;	
6.3.	Grande parte do esgoto coletado que não é tratado.		- Programa de conscientização populacional em relação à interligação à rede de esgoto;	
6.4.	Devido à grande concentração de poços da RMC em um município este se torna mais vulnerável à poluição das águas subterrâneas.	- Ampliar a rede de coleta de esgoto e identificar alternativas de esgotamento, tais como fossas sépticas e soluções baseadas na permacultura e compostagem de dejetos;	- Fiscalização das residências rurais sobre destinação final do esgoto;	
6.5.	Quase a totalidade da rede de esgoto de esgoto da Região está ligada de forma irregular à rede de drenagem.	- Ampliar a rede de esgoto de forma independente da rede de drenagem urbana;	Mobilização política dos municípios quanto à captação de recursos para ampliação e implantação de sistemas coletivos e individuais de tratamento de esgoto e drenagem;	
6.6.	Ainda é baixa a adesão à utilização de fossas sépticas como solução de esgotamento nas áreas rurais.	- Fomentar ações de instalação e de financiamento para a construção de kit's sanitários;	- Melhorias do sistema de drenagem pluvial em áreas críticas (macro e micro drenagem);	
6.7.	Domicílios sem banheiro ainda é um fato muito comum na Região.		- Sistema integrado de cidades adjacentes e com problemas em comum (Ex.: Etapa 1: Santana do Cariri, Nova Olinda e Farias Brito - Bacia do Alto do Jaguaribe. Etapa 2: Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Barbalha - Bacia do Salgado. Em tempo: Jardim está interligado com Pernambuco pelo declive);	
6.8.	Muitos domicílios não depõem de saneamento básico de forma integral.	- Ampliar a rede de drenagem através de estrutura verde.		
6.9.	Há uma grande parcela de domicílios situados nas zonas urbanas que não contam com sistema de drenagem superficial em áreas próximas.		- Mobilização política dos municípios para captação de recursos para ampliação e implantação de sistemas coletivos e individuais de tratamento de esgoto e drenagem.	
6.10.	Grande incidência de domicílios com esgoto a céu aberto nas áreas urbanas.			Implantar e fortalecer sistemas de saneamento básico e gestão dos resíduos sólidos, priorizando as comunidades em situação de exclusão e vulnerabilidade social.

EIXO: TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

GESTÃO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
7.1.	Carência em relação ao planejamento da gestão de resíduos sólidos nos municípios da Região.	Elaborar um plano integrado de resíduos sólidos para a RMC.		

COLETA DOMICILIAR

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
8.1.	Ainda é insuficiente a coleta domiciliar, especialmente nos distritos e nas áreas rurais.	Criação de um sistema intermunicipal de coleta domiciliar e seletiva integrada com coleta seletiva e inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis, respeitando a espacialidades dos entes.		
8.2.	A utilização de caçambas ainda é uma alternativa muito pouco utilizada na Região e restrita às áreas mais urbanas.			
8.3.	A queima de lixo a céu aberto é uma prática muito comum na RMC, produzindo poluição tóxica, tornando o solo infértil e propiciando a propagação de incêndios.			
8.4.	Há uma baixa capacidade de fiscalização em relação à queima de lixo a céu aberto.			
8.5.	Prática comum para o descarte do lixo na Região é a de enterrar resíduos sólidos, o que propicia a contaminação do solo e do lençol freático nas áreas respectivas.			
		Desenvolver uma política metropolitana de coleta domiciliar na zona rural.	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação de coletas periódicas em distritos e sítios, fiscalização e revitalização do aterro; - Campanha de conscientização do lixo; - Equipamentos e caminhões para coleta. 	Implantar e fortalecer os sistemas de saneamento básico e gestão dos resíduos sólidos, priorizando comunidades em situação de exclusão e vulnerabilidade social.

8.6.	Em grande parte do entorno dos domicílios situados em áreas urbanas da região há a presença de depósitos de lixo a céu aberto.	Implantação de um sistema intermunicipal de coleta domiciliar e seletiva integrada com coleta seletiva e inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis, respeitando a espacialidades dos entes.		
------	--	--	--	--

COLETA SELETIVA

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
9.1.	Ainda é insuficiente o planejamento em relação à coleta seletiva na Região.	Construir um sistema e um plano metropolitano de coleta seletiva.	<ul style="list-style-type: none"> - Maior articulação dos municípios com as associações de catadores; - Fortalecimento e organização das associações de catadores; - Conscientização junto às empresas; - Elaborar e implantar programa de coleta seletiva a nível regional, com campanhas de educação ambiental e inserção da disciplina de Educação Ambiental no currículo escolar. 	Implantar e fortalecer os sistemas de saneamento básico e gestão dos resíduos sólidos, priorizando comunidades em situação de exclusão e vulnerabilidade social.
9.2.	Ausência ou insuficiência da coleta seletiva porta a porta nos municípios da RMC.			
9.3.	Ausência ou insuficiência de infraestrutura para a coleta seletiva nos municípios.			
9.4.	Há poucos pontos de entrega voluntária de recicláveis na Região.			
9.5.	Ausência ou insuficiência de campanhas de promoção da coleta seletiva junto aos cidadãos.			
9.6.	Ausência ou insuficiência de articulação dos poderes públicos locais com os catadores de materiais recicláveis existentes.	Incluir, ao longo da elaboração do sistema e do plano de coleta seletiva metropolitana, a participação dos catadores de materiais recicláveis.		

DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
10.1.	O lixão é a única forma de disposição final de resíduos sólidos da Região.	<p>- Implantar coleta seletiva múltipla (pré-aterro), onde somente o rejeito será enviado para o aterro sanitário;</p> <p>- Implantar o aterro sanitário metropolitano, o qual inclua a produção de biogás, assim como a instalação de usinas de processamento de resíduos sólidos tendo em vista a produção de energia elétrica. Essas estruturas dariam tratamento especial aos resíduos perigosos, como o hospitalar e o industrial.</p>	Criação de aterros sanitários integrados para toda a RMC.	Implantar e fortalecer os sistemas de saneamento básico e gestão dos resíduos sólidos, priorizando comunidades em situação de exclusão e vulnerabilidade social.
10.2.	Não há o tratamento de gases tóxicos ou do chorume oriundo dos lixões da RMC, o que resulta na poluição do solo e das águas subterrâneas, que é uma das principais formas de abastecimento de água potável da Região.			
10.3.	Existência de lixões na APA do Araripe ou em áreas próximas.			
10.4.	Não existe a correta destinação de parte dos resíduos contaminantes ou tóxicos da Região.			
10.5.	Não ocorre o adequado planejamento para a disposição final de resíduos de construções na Região.			

EIXO: PRESSÃO SOBRE O AMBIENTE NATURAL, CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS VERDES E DOS GEÓSSÍTIOS E CENÁRIO DOS RECURSOS HÍDRICOS

PRESSÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
11.1.	Grande incidência de focos de queimadas.	Revisar, propor e adequar as legislações ambientais para um design compartilhado de todas as políticas públicas ambientais de interesse comum a serem introduzidas, com foco na repressão aos crimes ambientais.	- Reelaboração das legislações ambientais municipais; - Ampliação da brigada de incêndio; - Criação de autarquias municipais para fiscalização das ações de impacto ambiental.	Ampliar as ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais no território.
11.2.	Ocorreu nas últimas décadas uma severa perda de vegetação, sobretudo nas áreas de mata atlântica da APA do Araripe, em especial ao longo da Floresta Nacional.		Maior fiscalização e punição aos infratores.	Programar um conjunto de políticas públicas apropriadas para a convivência com os biomas do Cariri.
11.3.	Houve um crescimento nos últimos anos na Região das áreas propensas à desertificação.	Propor uma política metropolitana de reflorestamento com foco nas áreas desertificadas.		Preservar e recuperar a agrobiodiversidade, qualificando o uso de sistemas de produção, agroflorestais, extração e manejo sustentável, observando as especificidades de cada comunidade e bioma.
11.4.	Existem iniciativas voltadas à disseminação de técnicas de agricultura sustentável, contudo há poucos recursos humanos destinados a essa ação.		Apoiar e fomentar a transição do modelo convencional para a agroecologia. Ampliar e fortalecer as experiências de feiras municipais da agricultura familiar e agroecologia no território. Fomentar e divulgar amplamente a certificação participativa, garantindo mecanismos que democratizem e viabilizem a certificação de produtos orgânicos e agroecológicos. Apoiar a implantação de projetos de produção agroecológica desenvolvida pelas mulheres.	

				Ampliar e fortalecer as experiências de feiras municipais da agricultura familiar e agroecologia.
				Apoiar a inclusão produtiva e a estruturação de sistemas sustentáveis, justos e equitativos de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica.
11.5.	Ausência ou insuficiência de projetos voltados à conservação da biodiversidade da flora e fauna local.	Realizar estudos e pesquisas para identificação dos ecossistemas e da biodiversidade existente e das ações de interesse comum dos municípios.	- Criar um programa metropolitano para estimular o plantio de árvores e recuperação de áreas degradadas, sobretudo na área de recarga de aquífero;	Garantir a realização de consulta prévia às populações impactadas quando do planejamento de projetos estruturantes e/ou de impacto ambiental e/ou sociocultural.
11.6.	Ausência ou insuficiência de planejamento em relação à arborização nos municípios da RMC.	Construir um plano de arborização metropolitano no Cariri.	- Dar incentivo fiscal a produtores agroecológicos e a indústria de baixo carbono;	Apoiar a inclusão produtiva e a estruturação de sistemas sustentáveis, justos e equitativos de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica.
11.7.	Uma baixa arborização nas áreas urbanas dos municípios da Região.		- Criar período de defeso ambiental onde não seria permitido o uso de fogo (agricultores seriam orientados para outras alternativas).	

ÁREAS VERDES

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
12.1.	A maior parte das Unidades de Conservação da Região não conta com a existência de conselho gestor, nem plano de manejo, acarretando numa gestão sem planejamento e controle social.	Propor a elaboração, de forma articulada em nível metropolitano, de planos de manejo das unidades de conservação inseridas na RMC. Articular junto à União para a instauração do conselho gestor da FLONA através do órgão de gestão ambiental metropolitano.	- Apoiar a criação de unidades de conservação na RMC em consonância com o SNUC; - Incentivo ao Turismo; - Descentralizar a administração do Geopark para uma gestão compartilhada com municípios e outras instituições de interesses afins;	Implementar um conjunto de políticas públicas apropriadas para a convivência com os biomas do Cariri.
12.2.	O estado de conservação de diversas estruturas físicas dos geossítios e parques urbanos está precário.	Pactuar entre os interessados a sustentabilidade política, funcionamento, infraestrutura e gestão das unidades de conservação e geossítios situados na RMC.	- Maior incentivo na criação de unidades de conservação, manutenção e maior divulgação dessas unidades, bem como dos geossítios do Geopark Araripe;	
12.3.	Carência de integração com a comunidade do entorno na maioria dos geossítios e áreas verdes quanto às atividades realizadas nessas locais.		- Facilitar o acesso dessas áreas para aproximação da população, acarretando na melhora do turismo;	
12.4.	Dificuldade quanto ao acesso de alguns geossítios ou áreas verdes.		- Projetar acessos aos geossítios, buscando reforma de vias, rodovias e periféricos; - Maior divulgação do Geopark e seus geossítios;	Garantir a realização de consulta prévia às populações impactadas quanto ao planejamento de projetos estruturantes e/ou de impacto ambiental e/ou sociocultural.
12.5.	Ausência ou insuficiência quanto à divulgação do Geopark e seus geossítios, como também em outras áreas verdes.		- Investir nas condições físicas dos parques; - Mais atuação do Geopark nas sedes dos geossítios e integração aos municípios.	

CENÁRIO DOS RECURSOS HÍDRICOS

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
13.1.	Além do baixo volume de chuvas nos últimos dois anos, há um alto índice de evaporação dos reservatórios, aproximadamente 50% do volume armazenado anualmente.	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar o projeto Malha D'água na Região Metropolitana do Cariri; - Propor inovações tecnológicas no sentido da diminuição da evaporação nos reservatórios da Região. 		Ampliar a capacidade de acumulação e de transferência hídrica para consumo humano e produção de alimentos.
13.2.	Levando em conta a demanda, é pequena a quantidade de adutoras na Região.			Fortalecer o trabalho do Comitê das Sub-Bacias Hidrográficas do Salgado e do Alto Jaguaribe e das Comissões Gestoras das Fontes e Açudes da área.
				Promover o monitoramento sistemático do uso das águas dos reservatórios de pequeno, médio e grande porte, priorizando seus usos para consumo humano, dessedentação animal e irrigações de pequeno porte.
				Revitalizar as bacias hidrográficas, priorizando a recuperação e conservação das matas ciliares.
				Apoiar a difusão, no âmbito do território do Cariri e do Sistema de Bioágua Familiar.
				Priorizar a execução de intervenções de abastecimento de água, com ênfase em comunidades com piores índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória.
				Promover o amplo diálogo e a divulgação do Projeto de Lei (PL) de iniciativa do Governo do Estado do Ceará, que dispõe sobre diretrizes e normas para a conservação e recuperação dos mananciais das bacias hidrográficas do Estado do Ceará e dar outras providências.

EIXO: SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO

ABRANGÊNCIA DAS LINHAS REGULARES E COMPLEMENTARES DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
14.1.	Nos municípios da RMC que estão fora da conurbação do CRAJUBAR há dificuldade no acesso aos serviços existentes nos centros urbanos por conta da Carência ou mesmo inexistência de linhas de transporte interurbano rodoviário que atenda a todos os municípios da RMC	- Elaborar um Plano de Mobilidade Regional pensando o BUM como meio de promover a integração dos modais de transporte e do turismo entre os municípios, incluindo bicicletários, etc.	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Trânsito e Transporte – UFC; - Implantação da rede de transporte público intermunicipal da RMC para atendimento de todas as cidades integrantes com fiscalização rigorosa através dos órgãos competentes; - Melhorias na qualidade do transporte público e alternativo, redimensionamento, renovação e padronização das linhas, flexibilização dos horários; - Aumentar a integração entre todos os municípios da RMC criando linhas que liguem as cidades além do CRAJUBAR com foco especial no transporte universitário. 	
14.2.	O BUM Cariri (Bilhete Único Municipal), atualmente só cobre os municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Missão Velha e deveria se expandir para os demais municípios da RMC.			
14.3.	O Crato não possui linha de transporte público regular.			

PROBLEMAS OPERACIONAIS DAS LINHAS REGULARES E COMPLEMENTARES DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
15.1.	De acordo com diagnóstico elaborado pelo DETRAN (2017), algumas empresas não estão cumprindo com a gratuidade para idosos.	Criar uma ouvidoria articulada com um sistema integrado de fiscalização metropolitana.	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Trânsito e Transporte - UFC; - Implantação da rede de transporte público intermunicipal da RMC para atendimento de todas as cidades integrantes com fiscalização rigorosa através dos órgãos competentes; - Melhorias na qualidade do transporte público e alternativo, redimensionamento, renovação e padronização das linhas, flexibilização dos horários. - Aumentar a integração entre todos os municípios da RMC criando linhas que liguem as cidades além do CRAJUBAR com foco especial no transporte universitário. 	
15.2.	Veículos apresentando inadequações as normas de acessibilidade para receber passageiros com mobilidade reduzida e/ou com cadeira de rodas.			
15.3.	O transporte público complementar não oferta linhas em horários onde há menor demanda de passageiros			
15.4.	Desrespeitos das leis de trânsito por parte dos motoristas de transporte público regular e complementar.			
15.5.	Alterações nas rotas realizadas sem prévia comunicação aos usuários.	Estabelecer período prévio de comunicação de mudança de rota utilizando meios de comunicação como aplicativos, divulgação em rádio, televisão, redes sociais, etc.		
15.6.	Veículos circulando em condições insatisfatórias.	Estabelecer critérios para o período de vida útil dos veículos utilizados no transporte metropolitano.		
15.7.	Carência de padronização visual dos veículos de transporte público da RMC.	Padronizar visualmente os veículos de transporte público da RMC.	Uma padronização visual nos transportes públicos que abrangem a RMC. Facilitando a implantação do BUM em benefício a toda a população da RMC.	

A QUESTÃO DA INTEGRAÇÃO E OS PROBLEMAS ENTRE OS MODAIS DE TRANSPORTE PÚBLICO NA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
16.1.	Carência de integração entre os transportes públicos rodoviários regulares e complementares com os demais modais existente na região, como o VLT.	Elaborar um Plano de Mobilidade Regional pensando o BUM como meio de promover a integração dos modais de transporte e do turismo cultural entre os municípios, incluindo bicicletários, etc.	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Trânsito e Transporte - UFC; - Implantação da rede de transporte público intermunicipal da RMC para atendimento de todas as cidades integrantes com fiscalização rigorosa através dos órgãos competentes; - Melhorias na qualidade do transporte público e alternativo, redimensionamento, renovação e padronização das linhas, flexibilização dos horários; - Aumentar a integração entre todos os municípios da RMC criando linhas que liguem as cidades além do CRAJUBAR com foco especial no transporte universitário; - Extensão da rede ferroviária para atender a demanda dos municípios da RMC. 	
16.2.	Queixa por parte dos usuários do VLT na demora no tempo de espera entre trens, consequência de um número reduzido dos mesmos na mesma linha.	Realizar estudo de viabilidade para a integração do VLT aos sistemas de transporte público.		

MOBILIDADE URBANA COMO FORMA DE PROMOÇÃO DO TURISMO REGIONAL NA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
17.1.	Grande parte dos pontos turísticos da região não dispõe de linhas de transporte público que levem o visitante até estes.			
17.2.	Ausência de iniciativas de integração do transporte público voltado para o turismo na Região.			
17.3.	O Geopark, bem como todo um patrimônio geológico e paleontológico da região não se encontram conectados por meio de uma rota turística formalizada ou linhas que interliguem estes pontos, o que acaba por enfraquecer o potencial para pesquisa, educação, turismo e lazer que estes sítios têm a oferecer.	Estruturar uma linha de transporte turística regional, que faça a exploração comercial do roteiro da Fé, geossítios e demais potencialidades na região integrando toda a cadeia de serviços e pontos de visitação relacionados ao turismo religioso, ecológico e demais eventos, como forma de acelerar o desenvolvimento econômico do setor.	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar os municípios da região por meio da infraestrutura viária, Ex: Santa do Cariri-Crato; Farias Brito-Altaneira e Crato-Caririagu; - Transporte que atenda ao cinturão turístico da RMC; Implantação da rede de transporte público intermunicipal da RMC para atendimento de todas as cidades integrantes com fiscalização rigorosa através dos órgãos competentes; - Melhorias na qualidade do transporte público e alternativo, redimensionamento, renovação e padronização das linhas, flexibilização dos horários; - Atualização do código de postura do município; Fiscalização mais ativa na utilização dos espaços públicos dos municípios; - Definir os padrões de tamanho de calçadas, largura de ruas; 	
17.4.	A presença de roteiros turísticos não assistidos por programas que priorizem a circulação do pedestre em áreas centrais e/ou históricas, muitas vezes, desestimula o turismo, além de causar enormes transtornos à população local pela completa Carência de adequação de usos e de disciplinamento do tráfego.	Propor a construção de bolsões de estacionamentos acessíveis ao anel pericentral, próximo à zona religiosa e adjacências.	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de linhas de transporte coletivo de passageiros para a integração dos polos turísticos da RMC. 	

EIXO: INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

INFRAESTRUTURA DE RODOVIAS E ESTACIONAMENTOS NA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
18.1.	As condições de manutenção e dimensionamento da infraestrutura rodoviária disponível nem sempre possibilita condições para uma maior fluidez no tráfego intermunicipal, a fim de que os municípios desenvolvam suas vocações e forneçam acesso rápido aos serviços que ofertam.	<p>Incentivar a implantação de um sistema de transporte público dentro do circuito da zona central, através do uso de “vans”, conectado ao conjunto de estacionamentos e às paradas de uma linha circular de ônibus urbanos e interdistritais, a ser criada.</p> <p>Melhorar a qualidade da estrutura das ruas, avenidas e rodovias, com relação a pavimentação adequada a cada contexto ambiental, iluminação e acessibilidade.</p> <p>Priorizar e estimular o uso de transporte público em relação ao privado, ofertando um serviço competitivo, atrativo e de qualidade a preços acessíveis para toda a população.</p> <p>Recomendar melhorias na malha rodoviária, como, por exemplo, ampliações viárias e demais intervenções necessárias, a fim de interligar as unidades de vizinhança entre si, onde houver demanda e precariedade constatada.</p> <p>Propor a construção de um sistema de estacionamentos periféricos e privados, nas zonas centrais e acessíveis ao anel pericentral.</p>	<p>- Conclusão de todas as etapas de anel viário de Juazeiro;</p> <p>- Cumprimento da lei que proíbe trânsito de veículos de grande porte nas zonas centrais da cidade;</p> <p>- Criação de estacionamentos públicos para as cidades que tem eventos de grande circulação de visitantes;</p> <p>- Intensificar a fiscalização, pelos municípios, a regulamentação do Código de Postura do Município para Livre Circulação de Pedestre;</p> <p>- Melhorias na qualidade do transporte público e alternativo, redimensionamento, renovação e padronização das linhas, flexibilização dos horários.</p>	

18.2.	Carência de espaços de estacionamentos de grande porte próximos aos polos geradores de viagens e locais de realização de grandes eventos culturais e religiosos sazonais nos municípios, acarretando a sobrecarga de seus sistemas viários.	Propor a construção de um sistema de estacionamentos periféricos nas zonas centrais e acessíveis ao anel pericentral.		
-------	---	---	--	--

INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO NA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PDRS
19.1	Carência de terminais rodoviários que atendam uma maior área da região.	Distribuir os pontos de paradas de ônibus, de forma que fiquem próximos aos polos geradores de viagens (pontos turísticos, hospitais, universidades, feiras, centros comerciais, etc.) e/ou a entroncamentos rodoviários.	Melhorias na qualidade do transporte público e alternativo; redimensionamento, renovação e padronização das linhas; flexibilização dos horários; Criação de terminais integrados de transportes coletivos de passageiros nos municípios da RMC.	
19.2	Os pontos de paradas de ônibus nem sempre estão localizados próximas aos polos geradores de viagens (pontos turísticos, hospitais, universidades, feiras, centros comerciais e outros) e/ou a entroncamentos rodoviários.			

INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS NA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
20.1.	As estações estão distantes da maior parte dos domicílios, o que desestimula o uso do VLT por parte dos passageiros que muitas vezes precisam vencer distâncias consideráveis a pé ou utilizando outro modal (sem integração) para poder acessá-las.	<p>Ampliar a cobertura do BUM Cariri para o uso do VLT</p> <p>Paradas de ônibus, terminais rodoviários e estações de VLT próximos e conectados entre si por meio de estações de bicicleta compartilhada, além de bicicletários.</p> <p>Aumentar o número de linhas e estações de VLT, cobrindo uma maior área municipal e/ou promover integração entre os diversos modais (incluindo estações de bicicleta compartilhada distribuídas por toda a região) por meio de bilhete único como forma de facilitar e estimular o uso do VLT.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a infraestrutura de transporte por trilhos atendendo Barbalha e Missão velha, através do Aeroporto; - Conclusão de todas as etapas de anel viário de Juazeiro; - Cumprimento da lei que proíbe trânsito de veículos de grande porte nas zonas centrais da cidade; - Criação de estacionamentos públicos para as cidades que tem eventos de grande circulação de visitantes; - Intensificar a fiscalização, pelos municípios, a regulamentação do Código de Postura do Município para Livre Circulação de Pedestre; - Melhorias na qualidade do transporte público e alternativo, redimensionamento, renovação e padronização das linhas, flexibilização dos horários; - Criar uma integração maior do VLT com outras cidades, além de Juazeiro e Crato; - Revitalização e criações de novas linhas de VLT nos municípios da RMC. 	

INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TRANSPORTE CICLOVIÁRIO NA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
21.1.	Ausência de bicicletários e/ou estações de bicicletas compartilhadas	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar bicicletários e sistema de bicicletas compartilhadas integradas ao BUM Cariri; - Ampliar o número de ciclovias e delimitar novas ciclofaixas percursos exclusivos para pedestres, juntos ao sistema troncal, conectando as vizinhanças entre si, ampliando ainda mais o uso da cidade pelo pedestre. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar bicicletários na RMC e ampliar as redes de ciclo faixas; - Conclusão de todas as etapas de anel viário de Juazeiro; - Cumprimento da lei que proíbe trânsito de veículos de grande porte nas zonas centrais da cidade; - Criação de estacionamentos públicos para as cidades que tem eventos de grande circulação de visitantes; - Intensificar a fiscalização, pelos municípios, a regulamentação do Código de Postura do Município para Livre Circulação de Pedestre; - Melhorias na qualidade do transporte público e alternativo; redimensionamento, renovação e padronização das linhas; flexibilização dos horários; - Criação de bicicletários entre os municípios da RMC; Diminuir o tráfego de transportes automotores 	
21.2.	Carência de uma maior rede de ciclovias ou ciclofaixas que interliguem os municípios da RMC.	<ul style="list-style-type: none"> - Construir ciclovias ou delimitar ciclofaixas – de forma segura – que interliguem os municípios da RMC Fomentar /ou estimular, através da oferta de ciclofaixas e ciclovias com infraestrutura segura e de qualidade, o uso da bicicleta para além do lazer e atividade física, como um modal de transporte diário 		

INFRAESTRUTURA DE APOIO AO PEDESTRE NA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
22.1.	Existência de passeios, rampas e demais elementos de circulação horizontal e vertical executados em desacordo com as recomendações da NBR 9050:2015 para acessibilidade.	A promoção da acessibilidade através da padronização e remodelação das calçadas e demais espaços públicos é um incentivo à sua utilização pelo pedestre.	- Padronização das calçadas;	
22.2.	A população se desloca predominantemente a pé para acessar o sistema de transporte público metropolitano, na maioria das vezes através de calçadas fora dos padrões da NBR e em percursos sem sombreamento, expostos a radiação solar.		- Conclusão de todas as etapas de anel viário de Juazeiro; - Cumprimento da lei que proíbe trânsito de veículos de grande porte nas zonas centrais da cidade; - Criação de estacionamentos públicos para as cidades que tem eventos de grande circulação de visitantes;	
22.3.	Ausência de faixas de pedestres elevadas nos cruzamentos de grandes avenidas /rodovias sobretudo no acesso direto aos terminais e paradas do sistema de transporte público e equipamentos de grande porte (ex.: Polos geradores de viagens).	Elaborar um plano metropolitano de caminhabilidade, como forma de assegurar a padronização de passeios, acessibilidade universal e priorização do pedestre.	- Intensificar a fiscalização, pelos municípios, a regulamentação do Código de Postura do Município para Livre Circulação de Pedestre;	
22.4.	Quantidade insuficiente de passarelas para pedestre ao longo das linhas do VLT, que por sua vez, acabam segregando o espaço e dificultando o acesso a determinadas funções da cidade.		- Melhorias na qualidade do transporte público e alternativo, redimensionamento, renovação e padronização das linhas, flexibilização dos horários; Implantação de rampas para acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida; - Implantação de passarelas para maior segurança aos usuários das vias, em conjunto com campanhas educativas.	

EIXO: GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO EM MOBILIDADE URBANA

DESAFIOS E PROPOSTAS, PROPOSTOS NO PDUI, NO PTDRS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA NO PPA 2016-2019 – SUBEIXO PLANEJAMENTO EM MOBILIDADE URBANA NA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
23.1.	Inexistência de Planos Diretores de Mobilidade municipais e regionais que pensem a mobilidade urbana regional de forma ampla e a longo prazo levando em conta as peculiaridades de cada município componente da RMC num contexto metropolitano.	Desenvolver estudos de planejamento de transporte através da elaboração de um plano de mobilidade regional que leve em conta as peculiaridades da região.	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um plano de mobilidade integrado. Conclusão de todas as etapas de anel viário de Juazeiro; - Cumprimento da lei que proíbe trânsito de veículos de grande porte nas zonas centrais da cidade; - Criação de estacionamentos públicos para as cidades que tem eventos de grande circulação de visitantes; 	
23.2.	Atualmente, o tráfego pesado de veículos transportando mercadorias costuma cruzar as áreas urbanas centrais da RMC, contribuindo para o aumento de problemas de congestionamento e insegurança no trânsito local.		<ul style="list-style-type: none"> - Intensificar a fiscalização, pelos municípios, a regulamentação do Código de Postura do Município para Livre Circulação de Pedestre; - O eixo CRAJUBAR/ Missão velha, a malha rodoviária está boa, mas precisa se expandir para as demais cidades da RMC, melhor planejamento da mobilidade urbana, revisão dos planos diretores; 	
23.3.	Grande volume de veículos provenientes de municípios vizinhos que chega diariamente às áreas centrais dos grandes municípios do CRAJUBAR para realizar atividades de comércio, sobrecarregando o sistema viário municipal com congestionamentos e diversos veículos estacionados ao longo das vias.	Criar bolsões de estacionamento verticais em áreas periféricas que se conectem com o centro comercial de Juazeiro do Norte, através da oferta de um serviço de traslado para as ruas centrais e, fiscalizar o estacionamento irregular em suas vias. Em paralelo a isso, disciplinar o horário de circulação do transporte de carga e descarga de mercadorias.	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização por parte de todos os municípios de todos os planos diretores municipais; Mudanças nos horários de tráfego de veículos de Grande porte que cruzam os centros urbanos; Criação de vias alternativas. 	

23.4.	Existência de conflito entre atividades de comércio, romaria e moradia acarretando em bloqueios das vias na zona central de Juazeiro do Norte e Barbalha quando ocorrem romarias.	Realizar estudos de impacto de vizinhança (EIV) e ambiental (EIA) para todos os novos equipamentos que venham impactar na mobilidade e acesso à cidade, mitigando seus efeitos ao fornecer subsídios para o correto dimensionamento de serviços, reforçado nos Planos Diretores locais, a obrigatoriedade de realização destes estudos prévios.		
	Pedestres expostos a situações de risco ao ter que disputar espaço com os veículos que trafegam próximos aos locais de visitação, pontos de comércio ambulante e durante as caminhadas das romarias ao longo das vias.	Aplicação da Lei da Mobilidade como forma de priorizar pedestres, modais de transporte não motorizados e público.		
23.5.	Necessidade de uma melhor capacitação dos técnicos e gestores municipais dentro da Política Nacional de Mobilidade Urbana para gerir e interceder no espaço urbano da cidade, bem como desenvolver fisicamente a cidade dentro de um planejamento prévio e ordenado.	Capacitar os técnicos e gestores municipais para gerir e interceder no espaço urbano da cidade, bem como desenvolver fisicamente a cidade dentro de um planejamento prévio e ordenado.		
23.6.	Existência de diversos programas para promoção de melhorias das rodovias estaduais e federais, contudo, muitas vezes, atuando de forma desarticulada, que não dialogam entre si. Ex.: Ceará de Ponta a Ponta, 7 Ceará's, Plano Diretor Rodoviário do Ceará 2012-2030.	Passe livre intermunicipal - expansão da área de cobertura do BUM para os demais municípios da RMC como forma de facilitar os deslocamentos intermunicipais dentro desta região metropolitana.		
		Melhorar a qualidade das ruas, avenidas e rodovias com relação a pavimentação adequada a cada contexto ambiental, iluminação e acessibilidade, aonde houver demanda e precariedade constatada.		

FISCALIZAÇÃO NA ÁREA DE MOBILIDADE URBANA NA RMC

ITEM	DESAFIOS	PROPOSTA (S.CIDADES)	PROPOSTAS OFICINAS	PROPOSTAS PTDRS
24.1.	Existência de equipamentos de grande porte implantados sem um prévio estudo de impacto ambiental ou de vizinhança, gerando uma sobrecarga dos sistemas de mobilidade. Indique abaixo exemplos identificados desta situação, na RMC:	<p>Reduzir impacto urbanístico e social. Percursos com prioridade para pedestres, com baixo fluxo de veículos e com um mínimo de cruzamentos com o sistema viário principal.</p> <p>Realizar estudos de impacto de vizinhança (EIV) e ambiental (EIA) para todos os novos equipamentos que venham impactar na mobilidade e acesso à cidade, mitigando seus efeitos ao fornecer subsídios para o correto dimensionamento de serviços, reforçado nos Planos Diretores locais, a obrigatoriedade de realização destes estudos prévios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo para realocação da Expocrato; - Intensificar a fiscalização do Código de Ética Urbano de Município; - Cumprimento da Lei da Mobilidade; - Fiscalização mais ativa do uso do capacete e desenvolvimento de projeto de conscientização da população para uso; 	
24.2.	Carência de fiscalização no cumprimento da Lei da Mobilidade (Lei Federal 12.587/2012), que determina que o pedestre e os meios de transporte não motorizados devam ser priorizados.	Estruturar um sistema de fiscalização urbana na RMC gerido por uma institucionalidade metropolitana.	<ul style="list-style-type: none"> - Maior fiscalização nos veículos automotores em relação às normas de trânsito, para dar prioridade aos veículos de menor porte e todos em comunidade com os pedestres. 	
24.3.	Carência de fiscalização no uso de capacete.	Fiscalizar de forma mais eficaz o uso de capacete (impacto positivo na saúde pública pela redução de danos em acidentes e viagens mais seguras).		